

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.586 - RJ (2019/0294945-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JORGE DE ARAUJO BERNARDINO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA INIDONEIDADE DOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO NÃO CONSTATADA. CONSTRIÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. DELITO PRATICADO EM CONTEXTO DE ASSOCIAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. DESPROPORCIONALIDADE DE SEGREGAÇÃO FRENTE A EVENTUAL CONDENAÇÃO. VIA INADEQUADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. RECLAMO DO QUAL SE CONHECE PARCIALMENTE E, NA EXTENSÃO, NEGA-SE-LHE PROVIMENTO.

1. Não há falar em constrangimento ilegal quando a custódia processual encontra-se fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, diante das circunstâncias em que praticado o delito.
2. No caso, o recorrente é acusado de concorrer eficazmente para a prática do delito de tráfico de drogas empreendido em local dominado pela facção criminosa Comando Vermelho, contribuindo como informante do grupo criminoso, tendo em vista que foi flagrado e confessou que opera rádio comunicador na frequência do tráfico, o que permite concluir pela sua maior periculosidade, visto que informa os demais traficantes sobre a chegada da polícia e de criminosos rivais ao local.
3. Não se pode dizer que a medida extrema é desproporcional em relação a eventual condenação que poderá sofrer ao final do processo, pois não há como, em âmbito de *habeas corpus*, concluir que ao réu será imposto regime menos gravoso que o fechado ou deferida a substituição de penas, especialmente em se considerando as particularidades do delito denunciado.
4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a

Superior Tribunal de Justiça

necessidade da medida extrema.

5. Recurso ordinário do qual se conhece parcialmente e, na extensão, nega-se-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator